

EAL-SECRET DE EST DE TRANSPORTE E DES URBANO

Termo de Referência 36/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

Atualizado em

36/2025

926666-EAL-SECRET DE EST DE TRANSPORTE E DES URBANO

ANDRE BELO AZEVEDO

06/01/2026 14:58 (v 0.6)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

Número da Contratação

Processo Administrativo

VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns

E:35032.0000001846/2025

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução de obra para a **Implantação do Acesso entre o Entroncamento da AL-130 (Pão de Açúcar) e São José da Tapera, no Estado de Alagoas**. nos termos da planilha orçamentária em anexo no Volume 03 - Orçamento, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1406	Obras civis de pavimentação asfáltica Descrição complementar: <i>Implantação do Acesso entre o Entroncamento da AL-130 (Pão de Açúcar) e São José da Tapera, no Estado de Alagoas</i>	UND	1,00

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(s), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação será definido conforme estabelecido no edital, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5. o serviço é enquadrado como contrato por escopo.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência. Documento de Formalização da Demanda: 84/2024.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos pela empresa contratada na execução da obra, a fim de manter a observância das boas práticas de sustentabilidade ambiental:

4.1.1.1 Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

4.1.2.1 Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;

4.1.3.1 Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

4.1.4.1 Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contratar as Associações e/ou Cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

4.1.5.1 Práticas de redução de consumo de papel, utilizando-se o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos;

4.1.6.1 Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;

4.1.7.1 Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

4.1.8.1 Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução CONAMA nº 424/2010;

4.1.9.1 Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;

4.1.10.1 Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

4.1.11.1 Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental; e

4.1.12.1 Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;

4.1.13.1 Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

4.1.14.1 Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço;

4.1.15.1 Aproveitamento da água da chuva, nos casos em que couber, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

4.1.16.1 Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas;

4.1.17.1 O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes;

4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1. Não será admitida indicação de marcas ou modelos.

4.3 Vedação de utilização de marca ou produto na execução do serviço:

4.3.1 Não haverá vedação de marca ou produto na execução do serviço.

4.4 Exigência de carta de solidariedade:

4.4.1 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.5 Subcontratação

4.5.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, condicionada à prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

4.5.2. A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do CONTRATO e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e para o melhor interesse público.

4.5.3. É VEDADA a subcontratação nas seguintes hipóteses: a) Subcontratação total do objeto; b) Subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, as quais foram submetidas à prova de capacidade técnica na fase de licitação; c) Subcontratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que tenham participado do procedimento licitatório deste objeto; d) Subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela, ou os dirigentes desta, mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5.4. A subcontratação deverá ser precedida de autorização da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto

4.5.5. É vedada a subcontratação de empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade.

4.5.6. A relação contratual permanece exclusivamente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo jurídico, técnico ou comercial entre a CONTRATANTE e a(s) eventual(is) subcontratada(s).

4.5.6.1. As medições e pagamentos serão tratados e processados exclusivamente em nome da CONTRATADA.

4.5.7. A subcontratação não exclui, reduz ou transfere a responsabilidade legal, contratual e técnica da CONTRATADA, que responde integralmente perante a CONTRATANTE pela perfeita execução dos serviços, quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado, cabendo-lhe realizar a supervisão, coordenação e fiscalização das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação..

4.5.8. Caso a subcontratação seja realizada sem a prévia autorização da CONTRATANTE, ou caso a subcontratação não seja aceita (mesmo que posteriormente), os serviços executados pela subcontratada não serão medidos ou pagos, devendo ser glosados integralmente, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis à CONTRATADA por descumprimento contratual.

4.6 Garantia da contratação

4.6.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6.2 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.7 Vistoria

4.7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia.

4.7.2. Em cumprimento ao disposto no art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a vistoria técnica poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

4.7.3. Caso o licitante opte por realizar a vistoria, esta independe de agendamento prévio ou acompanhamento por servidor da Administração. A comprovação do ato dar-se-á mediante declaração do próprio licitante, não havendo emissão de atestado ou documento similar pela Administração Pública.

4.7.4. A não realização da vistoria ou a apresentação da declaração substitutiva não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir integralmente os ônus decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Conforme ordem inicial de serviço;

5.1.2. Prazo de execução do objeto: 300 (trezentos) dias, a contar da data fixada para seu início na respectiva Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro em anexo no Volume 03 - Orçamento;

5.1.3. Os métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, deverão seguir o Volume 01 - Relatório do Projeto, Volume 02 - Projeto de Peças Gráficas e Volume 03 - Orçamento;

5.1.4. Cronograma de realização dos serviços encontra-se no Volume 03 - Orçamento: cronograma físico-financeiro.

5.2 Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no município de Pão de Açúcar e São José da Tapera, conforme volume de projetos, em horário comercial.

5.3 Rotinas a serem cumpridas:

A execução contratual observará as rotinas:

5.3.1. Caso a empresa adjudicada não seja de Maceió/AL, todas as despesas referentes aos deslocamentos e hospedagem para realização de reuniões periódicas deverão estar contidas no valor global;

5.3.2 Serão encargos da CONTRATADA todas as despesas com o CREA ou CAU e taxas de aprovação e consulta junto às Concessionárias e Permissionárias de Serviços Públicos, órgãos, entidades e outras empresas, bem como qualquer despesa que se fizer necessária para o bom andamento e desenvolvimento do objeto especificado por este TR;

5.3.3 Fica sob responsabilidade da contratada a obediência às normas técnicas da ABNT, bem como das normas dos órgãos ou empresas pertinentes, conforme a legislação vigente no Município onde ocorrerá o serviço;

5.3.4 A contratada deverá também arcar com todas as despesas de transporte, alimentação, EPI e demais encargos sociais referentes aos profissionais envolvidos;

5.3.5 As especificações e serviços descritos neste item poderão sofrer alterações futuras, para atender norma nova, melhor solução, melhor técnica, dentre outras;

5.3.6 A SETRAND não admitirá declarações posteriores de desconhecimento de fatos ou serviços, no todo ou em parte, que dificultem ou impossibilitem a conclusão dos serviços.

5.3.7 Todos os serviços necessários à perfeita execução do presente objeto deverão estar considerados nos preços da licitante;

5.3.8 A contratada deverá assumir toda responsabilidade pelos serviços prestados, dando por eles total garantia e a execução dos serviços deverá ser orientada por profissional habilitado, utilizando-se equipamentos adequados e obedecendo-se aos critérios de segurança recomendados;

5.3.9 A proposta de preço deverá conter todos os custos diretos e indiretos, inclusive despesa com material, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, encargos da legislação trabalhista, previdenciária e tributária, bem como tudo aquilo necessário à prestação total dos serviços aqui discriminados;

5.3.10 A SETRAND se reserva o direito de recusar ou solicitar o refazimento de serviços que considere inadequados e/ou abaixo dos padrões de qualidade pretendidos e que estejam fora das especificações;

5.3.11 A empresa contratada se compromete em prontamente atender aos chamados e a dar início ao atendimento das solicitações feitas pela SETRAND em no máximo três dias após tomar ciência e, sempre que necessário, elaborar e cumprir um cronograma de execução das ações ou serviços;

5.3.12 Nenhuma ocorrência de responsabilidade da contratada constituirá ônus ao órgão contratante e nem motivará a ampliação dos prazos contratuais;

5.3.13 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.4 Materiais a serem disponibilizados

5.4.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, de acordo com os volumes de projeto e de orçamento, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.1. Os funcionários da contratada deverão estar uniformizados e devidamente identificados.

5.5 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 O prazo de validade da proposta de cada participante não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de apresentação, no dia da abertura das propostas;

5.5.2 No valor global deverá ser incluído o fornecimento de materiais e mão-de-obra necessários, bem como todos os demais encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, prêmios de seguro, cópias, plotagens, mídias, lucro, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, de administração, serviços e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do serviço;

5.5.3 Deverão observar as normas e legislação pertinente, tendo por referência e orientação os títulos a seguir:

5.5.3.1 às disposições e rotinas constantes no presente Termo de Referência e Anexos;

5.5.3.2 às prescrições, recomendações e manuais dos fabricantes, relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;

5.5.3.3 às normas técnicas atualizadas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);

5.5.3.4 às recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

5.5.3.5 às disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;

5.5.3.6 às Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego

5.5.3.7 à Resolução CONFEA nº 1025/09: Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de profissionais e empresas de engenharia;

5.5.3.8 às normas técnicas específicas, se houver.

5.5.4 Os serviços objeto deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes;

5.5.5 Declaração de que tem pleno conhecimento das informações, condições e peculiaridades inerentes à natureza do serviço e ao local de sua execução, que assume total responsabilidade por esse fato e que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

5.6 Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.6.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.9 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Avaliação da execução:

7.1.1 A avaliação da execução do objeto consistirá na verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, projetos, normas da ABNT, Orientações do SICRO/SINAPI e com a proposta da Contratada.

7.1.2 As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, conforme as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro.

7.1.3 O pagamento ficará condicionado à aferição da qualidade dos serviços, devendo a Fiscalização rejeitar (glosar) os serviços que:

7.1.3.1 Apresentarem defeitos construtivos;

7.1.3.2 Apresentarem espessuras inferiores às de projeto ou à especificada;

7.1.3.3 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades especificada; ou

7.1.3.4 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à especificada.

Do recebimento

7.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.3. O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.3.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata esse subitem será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índices Setoriais para Obras Rodoviárias, da Fundação Getúlio Vargas.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20.1. O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada de preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

8.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.4.1. valor global: conforme valor estimado da licitação.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5.1. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.5. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.5.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.5.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.5.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.12. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.5.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

Qualificação Econômico-Financeira

8.5.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.5.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.5.20.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.20.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.5.20.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.5.20.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

8.5.20.5 Comprovação de que dispõe o Capital Social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei.

8.5.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.5.22. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

Qualificação Técnica

8.5.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.5.23.1 A declaração acima pode ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.5.24. Registro ou inscrição da empresa contratada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), conforme as áreas de atuação previstas no Manual/Termo de Referência, em plena validade;

8.5.25. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.5.26. Apresentação do(s) profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes;

8.5.26.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

8.5.27 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.5.27.1. Considerando que as exigências relacionadas acima se respaldam na LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, fizemos uma relação baseado nos itens A de maior relevância da curva ABC de serviços apresentada, sendo adotado o critério de exigência de comprovação de execução por parte dos interessados de quantidades consideradas relevantes que foram extraídos de números arredondados da proporção em torno de 50% ou menos dos valores da planilha como a condição mínima para execução dos serviços, todos com percentual maior que 4% apresentados na Curva;

8.5.27.2. A Justificativa e a seleção desses itens foram fundamentadas pela curva ABC, método utilizado pelos órgãos de controle: TCU, CGU, CEF, entre outros. Essa ferramenta se constitui num método de classificação de informações, onde se separam itens de maior importância ou impacto dentro do contexto;

8.5.28 Capacidade Técnica Operacional: Certidão(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, exclusivamente como contratada, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – do(s) profissional(is) responsável(is) à época, devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ou Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO), que comprove que a licitante tenha executado obras de pavimentação ou obras similares de porte e complexidade semelhantes ao objeto desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, caracterizados pelas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, com os seguintes quantitativos mínimos:

DESCRIÇÃO	QUANT. EM PLANILHA	QUANT. MÍNIMA EXIGIDA NO EDITAL	UND
Base ou sub-base de brita graduada	6.354,23	3.177,00	m³
Concreto asfáltico	4.528,92	2.264,00	t
Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria	61.187,84	30.593,00	m³

8.5.28.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.5.28.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.5.28.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5.28.4 Considerando que a exigência mínima pontuada não restringe a competitividade quanto à participação de empresa no certame licitatório, e sim como propósito de permitir à Administração Pública avaliar a capacidade técnica das empresas interessadas, unicamente, para resguardar a necessidade de contratação de empresa com experiência no ramo, faz-se necessária a exigência de quantitativos mínimos para comprovação da capacidade técnica de “serviços” estabelecidos com base na parcelas de maior relevância e valor significativo para comprovação da capacidade técnico – profissional, não implicando restrição ao caráter competitivo;

8.5.28.5. Salientamos que a exigência de quantitativos mínimos não deve ser prevista com relação ao número mínimo de atestados e sim quanto à quantidade mínima de serviços referentes aos itens de maior relevância do objeto;

8.5.28.6 Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA ou CAU, em destaque, os seguintes dados:

- local de execução;
- nome do contratante e da pessoa jurídica contratada;
- nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA ou CAU;
- descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados; e
- prazo final de execução.

8.5.29 Capacidade Técnico-Profissional: Comprovação de que a licitante possui profissional técnico habilitado, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviços relativos à pavimentação ou obras similares de porte e complexidade semelhantes ao objeto desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo.

DESCRIÇÃO	QUANT. EM PLANILHA	QUANT. MÍNIMA EXIGIDA NO EDITAL	UND
Base ou sub-base de brita graduada	6.354,23	3.177,00	m³

Concreto asfáltico	4.528,92	2.264,00	t
Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria	61.187,84	30.593,00	m³

8.5.29.1 A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de:

- Empregado: Ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante;
- Dirigente ou sócio: Contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional ou ato constitutivo da empresa; ou;
- Autônomo: Contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.

8.5.29.1.1 No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

8.5.29.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.5.29.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.5.29.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5.29.5 Considerando que a exigência mínima pontuada não restringe a competitividade quanto à participação de empresa no certame licitatório, e sim como propósito de permitir à Administração Pública avaliar a capacidade técnica das empresas interessadas, unicamente, para resguardar a necessidade de contratação de empresa com experiência no ramo, faz-se necessária a exigência de quantitativos mínimos para comprovação da capacidade técnica de “serviços” estabelecidos com base na parcelas de maior relevância e valor significativo para comprovação da capacidade técnico – profissional, não implicando restrição ao caráter competitivo;

8.5.29.6 Salientamos que a exigência de quantitativos mínimos não deve ser prevista com relação ao número mínimo de atestados e sim quanto à quantidade mínima de serviços referentes aos itens de maior relevância do objeto;

8.5.29.7 Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA ou CAU, em destaque, os seguintes dados:

- local de execução;
- nome do contratante e da pessoa jurídica contratada;
- nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA ou CAU;
- descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados; e
- prazo final de execução.

8.5.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.5.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.5.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.5.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.5.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.5.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.5.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- ata de fundação;
- estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.5.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 12.995.236,26

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor de referência corresponde a R\$12.995.236,26 (doze milhões e novecentos e noventa e cinco mil e duzentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos), conforme consta no Volume 03 - Orçamento.

9.2 A estimativa do valor da contratação levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do contrato.

Quanto a tabela de referência dos serviços e dos insumos do orçamento

9.3. Verificou-se que na planilha orçamentária foi adotado como padrão de referência a Tabela de preços unitários e de insumos fornecida pelo SICRO /AL com **data base JULHO/2025**, sendo utilizado em alguns itens, inclusive, a criação de algumas composições, que foram elaboradas com base nas tabelas do SICRO/AL, SINAPI/AL, ORSE/SE todos na mesma base de JULHO/2025.

9.4. Verificou-se que os insumos não encontrados no SICRO foram coletados com preços de mercado da região, seguindo o parâmetro de pesquisa dada pela Instrução Normativa IN SLTI/MPOG 5/2014, e sugerida pelo TCU, tendo sido utilizados insumos coletados pelo Sistema ORSE divulgados pelo ÓRGÃO - CEHOP/SE, **em conformidade ao referenciado na página 45 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas"**.

Quanto aos encargos sociais adotados

9.5. A mão de obra principal utilizada é SICRO/AL e SINAPI/AL. Os encargos sociais adotados para mão de obra horista e mensalista não desonerado estão indicados na respectiva tabela de referência sendo adotada a data base Julho/2025, e anexada aos autos, considerando-se, portanto, atendido o demonstrativo analítico de encargos sociais utilizados conforme descrito na página 96 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas".

Quanto à adoção da taxa de BDI referencial

9.6. No BDI adotado foi considerado apenas despesas de taxa de rateio da administração central; percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contrato); taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; despesas financeiras; e taxa de lucro. E está em conformidade com o Acórdão 2622/2013 do TCU, onde foi adotado como parâmetros de referência do BDI, os valores conforme codificação CNAE do respectivo tipo de obra: construção de rodovias, como consta nas páginas 87 e 88 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas", obtendo-se a taxa do BDI Referencial não desonerado no valor 21,35% (vinte e um vírgula trinta e cinco por cento) e BDI diferenciado não desonerado de 11,07% (onze vírgula sete por cento), conforme demonstrado no anexo Volume 03 - Orçamento.

9.7. Ressaltamos que foram adotados os custos da tabela de referência não desonerada por ser a mais vantajosa para administração pública, conforme declaração do orçamentista em anexo.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A disponibilidade orçamentária para atendimento da despesa do presente projeto que ocorrerá conforme classificação abaixo, prevista no orçamento do Estado de Alagoas para o Exercício de 2025, através na Lei Orçamentária Estadual nº 9.454, de 03 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 06 de janeiro de 2025.

10.2. A contratação será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(s):

Unidade Orçamentária: 35032

Programa de Trabalho: 26.451.1032.3643 - PROGRAMA ALAGOAS DE PONTA A PONTA E IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS E ESTRADAS VICINAIS NO ESTADO DE ALAGOAS

Elemento de Despesa: 44.90.51 - Obras e Instalações

Fonte de Recursos: 500 - Recursos não Vinculados de Impostos/704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais/720 - Transferências da União Referente as Participações na Exploração de Petróleo e Gás Natural destinados ao FEP Lei 478/1997/754 - Recursos de Operações de Crédito

Região de Planejamento: 210 - Todo Estado

Plano Orçamentário: 000791 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS

Categoria de Gastos: 4

Unidade Orçamentária: 35032

Programa de Trabalho: 26.782.1032.3626 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA

Elemento de Despesa: 44.90.51 - Obras e Instalações

Fonte de Recursos: 500 - Recursos não Vinculados de Impostos/704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais/754 - Recursos de Operações de Crédito

Região de Planejamento: 210 - Todo Estado

Plano Orçamentário: 000375 - Construção da Rodovia

Categoria de Gastos: 4

11. Aspectos gerais do projeto

QUANTO AOS PROJETOS BÁSICO/EXECUTIVO:

11.1. Verificou-se que os elementos do presente processo foram precedidos do ***Implantação do Acesso entre o Entroncamento da AL-130 (Pão de Açúcar) e São José da Tapera, no Estado de Alagoas***, tendo como responsável técnico pela **elaboração** do projeto a Engenheira Isabelle Noéwerta Moraes Silva e do orçamento o Engenheiro André Belo Azevedo.

11.2. Foi verificado que a Engenheira Isabelle Noéwerta Moraes Silva anexou uma declaração afirmando que o projeto está composto do conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar as obras e serviços objeto da licitação, tendo sido elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que asseguraram a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e conforme consta nos autos do referido processo, elaborado conforme as exigências dos Art. 6º, XXV, a-f, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021; da Resolução nº 361/1991 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e da OT IBR 01/2006 do Instituto Brasileiro de Auditorias de Obras Públicas – IBRAOP.

QUANTO A AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

11.3. O projeto vai ser **aprovado e autorizado a deflagração do processo licitatório** pelo Secretário de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano e inclusive através das Declaração do Secretário Conhecimento e Aprovação constante nos autos estando em **conformidade com as Súmulas TCU 260 e 261**.

QUANTO AOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

11.4. O projeto básico teve como responsável técnico pela **elaboração** a Engenheira Isabelle Noéwerta Moraes Silva e do orçamento o Engenheiro André Belo Azevedo.

QUANTO À ELABORAÇÃO DO PROJETO:

11.5. O projeto de engenharia a ser licitado trata-se de projeto básico, não se encontrando detalhado suficientemente para a execução, e sim para licitação. Portanto, foi previsto a necessidade de complemento quanto à elaboração do projeto executivo concomitantemente com a execução da obra, sendo este custo de responsabilidade da contratada. O projeto básico já foi previamente aprovado pelo Secretário de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

QUANTO AOS ÍNDICES DE REFERÊNCIA A SEREM ADOTADOS QUANDO DO REAJUSTAMENTO

11.6. Por se tratar de uma obra específica de infraestrutura rodoviária, sugerimos que sejam utilizados os índices de reajustamento setoriais divulgados pelo DNIT em parceria com a Fundação Getúlio Vargas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.7. Considerando o exposto acima, as peças técnicas referentes ao projeto básico do objeto em anexo, dispõe de informações detalhadas sobre o mesmo.

11.8. Informamos que foi utilizado o modelo de TR padronizado pela Procuradoria-Geral do Estado, conforme autoriza o artigo 25, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e determina o artigo 1º do Decreto Estadual nº 40.210/2015. Acrescentamos que foi incluído o item 11 do TR para melhor atender a Lei nº 14.133/2021 e se utilizando de informações contidas no projeto e orçamento.

11.9. Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

11.10. Destacamos ainda que o item referente à administração local será pago mensalmente proporcionalmente à evolução da obra, os itens fornecimento serão pagos conforme a proporcionalidade de seus respectivos assentamento/aplicações/instalações e que todas as composições de preços unitários dos serviços da planilha orçamentária devem ser apresentadas pelas empresas licitantes, devendo corresponder respectivamente aos serviços demonstrados nas composições da administração pública (recomendamos inclusive que esse texto sublinhado esteja explícito no Edital para evitar dúvidas aos licitantes).

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE BELO AZEVEDO

Coordenador Técnico de Orçamento, Contratos e Convênios de Obras



Assinou eletronicamente em 06/01/2026 às 14:58:39.